

## ÍNDICE

<b>1. CRÉDITOS BANCÁRIOS</b>	7
1.1. Introdução	7
1.1.1. Definição e Funcionamento do Crédito Bancário	7
1.2. Elementos Essenciais do Crédito Bancário	8
1.2.1. Finalidade do Crédito	8
1.2.2. Prazo do Crédito	9
1.2.3. Preço do Crédito	9
1.2.4. Montante do Crédito	10
1.2.5. Risco do Crédito	10
1.2.6. Garantias do Crédito	11
1.3. Modalidades de Créditos Bancários	11
1.4. Mútuo Civil	11
1.5. Mútuo Comercial	13
1.6. Mútuo Bancário	14
<b>2. CONTRATOS ESPECIAIS DE CRÉDITO</b>	15
2.1. Notas Introdutórias	15
2.2. Abertura de Crédito	16
2.2.1. Modalidades da Abertura de Crédito	17
2.2.2. Movimentação do Crédito e Encargos	17
2.2.3. Cessação e Renovação da Abertura de Crédito	17
2.3. Descoberto em Conta	18
2.4. Antecipação Bancária	19
2.5. Desconto Bancário	19
2.6. Crédito Documentário	20
2.7. Crédito ao Consumo	21

<b>3. GARANTIAS BANCÁRIAS</b>	23
3.1. Notas Introdutórias	23
3.2. Penhor Bancário – A Sua Génese	24
3.3. Penhor de Aplicações Financeiras	26
3.4. Penhores Bancários Especiais	28
3.5. Penhor Bancário Vs. Garantia Bancária Autónoma	31
3.6. Compensação	32
<b>4. O PENHOR</b>	35
4.1. A Figura do Penhor Como Garantia de Obrigações	35
4.1.1. Garantias Reais e Garantias Pessoais	36
4.1.2. Garantias Típicas e Garantias Atípicas	37
4.1.3. O Penhor como Instrumento de Garantia Real	37
4.2. Caracterização da Figura Jurídica	38
4.2.1. O Objeto do Penhor	38
4.2.2. Constituição do Penhor	39
4.2.3. Distinção entre Penhor e Fiança	39
4.2.4. O Desapossamento e a Publicidade do Penhor	39
4.2.5. Efeitos e Direitos do Credor Pignoratício	40
4.2.6. O Penhor e o Concurso de Credores	40
4.2.7. O Penhor como Instrumento de Segurança Jurídica	40
4.2.8. Modalidades de Penhor	41
4.3. O Penhor de Coisas	41
4.3.1. O Objeto do Penhor de Coisas	41
4.3.2. A Constituição do Penhor de Coisas	42
4.3.2.1. A Necessidade de Entrega do Bem Empenhado	42
4.3.2.2. O Caráter Real do Penhor de Coisas	43
4.3.2.3. A Função de Publicidade do Penhor	43
4.3.3. A Manutenção e Extinção do Penhor de Coisas	43
4.3.4. Considerações Finais sobre o Penhor de Coisas	44
4.4. Penhor de Direitos	44
4.4.1. O Objeto do Penhor de Direitos	44
4.4.2. Constituição do Penhor de Direitos	45
4.4.2.1. Forma e Publicidade do Penhor de Direitos	45
4.4.2.2. Eficácia perante Terceiros e Notificação ao Devedor do Crédito Empenhado	46
4.4.2.3. Dever de Conservação do Direito Empenhado	46

4.4.3. Breves Notas Sobre a Evolução da Utilização do Penhor de Direitos nas Relações Comerciais e no Âmbito do Direito Bancário	46
4.4.4. Considerações Finais sobre o Penhor de Direitos	48
4.5. Penhor Irregular	49
4.5.1. O Objeto do Penhor Irregular	49
4.5.2. Constituição do Penhor Irregular	50
4.5.3. Regime de Funcionamento do Penhor Irregular	50
4.6. Penhor Financeiro	51
4.6.1. O Surgimento do Penhor Financeiro	52
4.6.2. O Objeto do Penhor Financeiro	52
4.6.3. Aspetos Particulares do Penhor Financeiro	53
4.6.3.1. Transferência da Posse, mas Não da Propriedade	53
4.6.3.2. Sujeitos Legitimados para a Prestação e Benefício do Penhor Financeiro	53
4.6.3.3. Admissibilidade do Pacto Comissório	53
4.6.3.4. Avaliação e Execução da Garantia	54
<b>5. O PENHOR DA CONTA BANCÁRIA</b>	<b>55</b>
5.1. Introdução ao Regime do Penhor da Conta Bancária	55
5.2. Especificidade do Regime do Penhor da Conta Bancária	57
5.3. A Figura do Penhor Bancário e a sua Aplicação nas Diferentes Modalidades de Contratos	58
5.3.1. Empréstimo Bancário	58
5.3.2. Depósito Bancário	59
5.3.2.1. Modalidades de Depósito Bancário	59
5.3.2.2. A Natureza Jurídica do Depósito Bancário: Depósito Irregular ou Contrato de Mútuo?	60
5.4. Cativação do Saldo da Conta Bancária	62
5.5. Extinção do Penhor da Conta Bancária	64
5.6. Execução do Penhor da Conta Bancária	65
5.7. Regime Regra – Proibição do Pacto Comissório	68
5.8. Conclusões	70
<b>6. NATUREZA JURÍDICA DA CONTA BANCÁRIA COMO GARANTIA PESSOAL</b>	<b>75</b>
6.1. O Penhor da Conta Bancário como Garantia Pessoal	75

6.1.1. Entendimento da Jurisprudência	75
6.1.2. Entendimento da Doutrina	77
6.2. O Penhor da Conta Bancária como um Penhor de Direitos	78
6.2.1. Entendimento da Jurisprudência	79
6.2.2. Entendimento da Doutrina	81
6.3. O Penhor da Conta Bancária como um Penhor Financeiro	83
6.3.1. Entendimento da Jurisprudência	83
6.3.2. Entendimento da Doutrina	85
6.4. Penhor da Conta Bancária como um Penhor Irregular	87
6.4.1. Entendimento da Jurisprudência	87
6.4.2. Entendimento da Doutrina	88
6.5. Soluções Adotadas	90
6.5.1. Quanto à Indefinição entre Garantia Pessoal e Real no Contexto do Penhor de Conta Bancária	90
6.5.2. Sobre a Eventual Qualificação como Penhor Financeiro	92
6.5.3. Natureza Jurídica do Penhor de Conta Bancária: Penhor de Direitos ou Penhor Irregular?	94
6.5.3.1. O Debate Entre o Penhor de Direitos e o Penhor Irregular	94
6.5.3.2. Tese do Penhor Irregular	94
6.5.3.3. Tese do Penhor de Direitos	95
6.5.4. Implicações da Qualificação Jurídica	96
<b>7. BREVES NOTAS RELATIVAMENTE AOS CRÉDITOS BANCÁRIOS</b>	99
7.1. Natureza e Princípios do Direito Bancário	99
7.1.1. Princípio da Simplicidade	99
7.1.2. Princípio da Ponderação Bancária	100
7.1.3. Princípio da Tutela da Aparência	101
7.1.4. Princípio da Eficácia das Sanções	101
7.1.5. Princípio da Autonomia Privada	101
7.2. Os Sujeitos e o Objeto	102
7.2.1. Sujeitos da Relação Jurídica Bancária	102
7.2.2. O Objeto da Relação Jurídica Bancária	103
7.3. Os Deveres Fundamentais na Relação Bancária	103
7.3.1. O Dever de Sigilo Bancário	103

7.3.2. O Dever de Informação	104
7.3.3. Síntese Explicativa	105
<b>Bibliografia</b>	107
<b>Jurisprudência Consultada</b>	109